

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **PAULO DAVID ROCHA BEZERRA SOUSA**

**Aspectos doutrinários do estudo da participação do
Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a
perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária**



Rio de Janeiro
2022

Maj Inf **PAULO DAVID ROCHA BEZERRA SOUSA**

**Aspectos doutrinários do estudo da participação do
Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a
perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Major Inf **EDUARDO JORGE JERONYMO**

Rio de Janeiro
2022

S725a Sousa, Paulo David Rocha Bezerra.

Aspectos doutrinários do estudo da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária. / Paulo David Rocha Bezerra Sousa. —2022.

49 f. : il. : 30 cm

Orientação: Eduardo Jorge Jeronymo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 46-48

1. OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA. 2. OPERAÇÃO ACOLHIDA. 3. DOCTRINA MILITAR. 4. EXÉRCITO BRASILEIRO I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf **PAULO DAVID ROCHA BEZERRA SOUSA**

Aspectos doutrinários do estudo da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

EDUARDO JORGE JERONYMO – Maj Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

PAULO COMUNALE - Maj Int - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

GUSTAVO MENDES RÉGUA BARCELOS – Maj Inf - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus, por me acompanhar em todos os momentos, dando-me sabedoria e força para superar as adversidades.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e filha, pelo suporte total e irrestrito e pelo incentivo e inspiração ao longo desta minha caminhada. Aos meus pais, meu irmão e minhas irmãs, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

Ao meu orientador, Maj Jeronymo, pela demonstração de camaradagem e profissionalismo, balizando o melhor caminho a seguir na realização deste trabalho.

“[...] Exercitai o domínio da palavra, escrita e oral. Cedo haveis de descobrir que o conhecimento só tem valia se apropriadamente revelado pela palavra. Ao longo de toda a nossa vida, escrevemos e falamos. A palavra é o instrumento de comunicação inerente ao verdadeiro chefe. Dedicai muito de vós mesmos a aperfeiçoá-lo e haveis de ser melhores chefes.” (Gen Div Octávio Costa).

RESUMO

A crise política, econômica e social na Venezuela fez eclodir o maior fluxo de deslocados e refugiados da história do continente americano, o que trouxe repercussão internacional, particularmente ao Brasil que teve suas fronteiras transpostas por milhares de venezuelanos em busca de melhores condições de vida. Em resposta, o Governo brasileiro desencadeou uma série de medidas, entre elas, a Operação Acolhida, que está estruturada, basicamente, em três frentes: o ordenamento da fronteira, o abrigo e a interiorização. O Exército Brasileiro, por determinação do governo federal, possui papel preponderante nesta operação, pois lidera a Força Tarefa Logística Humanitária, a qual busca, em cooperação com órgãos governamentais e não governamentais, organizações internacionais, agências da Organização das Nações Unidas e entidades religiosas e filantrópicas, atingir aos propósitos da citada operação. Esse quadro apresenta similaridades com um cenário de uma Operação de Ajuda Humanitária, conforme descrito na doutrina militar, embora de forma incipiente. Assim, esse trabalho se debruça sobre os aspectos doutrinários do estudo da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária, visando abstrair as características peculiares e similares desses, contribuindo para o aprimoramento do conhecimento militar sobre o tema.

Palavras-chave: Operação de Ajuda Humanitária. Operação Acolhida. Doutrina Militar. Exército Brasileiro

ABSTRACT

The political, economical and social crisis in Venezuela brought out the largest flow of displaced and refugees in the history of the American continent, with repercussions on the surrounding countries, particularly to Brazil, which had its borders crossed by thousands of Venezuelans in search for better conditions. In response to this issue, Brazilian Government has launched a series of measures, among them, Acolhida Operation, which is basically structured on three fronts: organizing the border, providing shelter, and relocating Venezuelan immigrants. According to Brazilian federal government determination, the Brazilian Army has a major role in this operation, as it leads the Humanitarian Logistics Task Force, which, in cooperation with government agencies, non-governmental organization, international organization, United Nation Agencies, religious and philanthropic entities, seek to achieve the purposes of the mentioned operation. This situation presents similarities to a scenario of a Humanitarian Assistance Operation, as described in the military doctrine, although in an incipient way. Thus, this research focuses on the doctrinal aspects of the study of the participation of the Brazilian Army in Operation Acolhida from the perspective of a Humanitarian Assistance Operation, aiming to abstract the peculiar and similar characteristics of those, contributing to the improvement of military knowledge on the subject.

Key-words: Operation Acolhida. Humanitarian Assistance Operation. Brazilian Military Doctrine. Brazilian Army.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Dimensões do ambiente operacional.....	20
GRÁFICO 2 - Estado-Maior da FT Log Hum em 2018.....	29
GRÁFICO 3 - Estado-Maior da FT Log Hum em 2021.....	29
GRÁFICO 4 - Fluxo Migratório de venezuelano em Pacaraima.....	32

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Conceitos.....	17
TABELA 2 - Análise e descrição do ambiente operacional de uma Operação de Ajuda Humanitária.....	22
TABELA 3 - Extrato das funções e atribuições das células do Estado-Maior Conjunto da Força Tarefa Logística Humanitária.....	30
TABELA 4 - Agências com a atuação junto à Operação Acolhida.....	33
TABELA 5 - Lista de instruções.....	40
TABELA 6 - Lista de tarefas por função de combate.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA.....	13
1.2	OBJETIVO.....	13
1.2.1	OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.2	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	13
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	13
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	14
1.5	DEFINIÇÃO DOS TERMOS.....	14
2	METODOLOGIA	15
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	15
2.2	COLETA DE DADOS.....	15
2.3	TRATAMENTO DOS DADOS.....	15
2.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	16
3	CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DE UMA OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA	17
3.1	CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL.....	20
3.3	O PLANEJAMENTO DE UM OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA	22
4	OS ANTECEDENTES DA CRISE DA VENEZUELA E A OPERAÇÃO ACOLHIDA	25
4.1	ANTECEDENTES DA CRISE DA VENEZUELA.....	25
4.2	A OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	26
5	ESTUDO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA, SOB A PERSPECTIVA DE UMA OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA, ENFOCANDO A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	36
5.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	36
5.2	ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO.....	36
5.3	ATUAÇÃO INTERAGÊNCIAS.....	37
5.4	ASPECTOS JURÍDICOS.....	38
5.5	ASPECTOS ADMINISTRATIVOS.....	39
5.6	CAPACITAÇÃO DO PESSOAL.....	40
5.7	CONDUÇÃO DA OPERAÇÃO.....	41

5.8	CAPACIDADES OPERATIVAS OU FUNÇÕES DE COMBATE.....	42
6	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende debruçar-se sobre os aspectos doutrinários do estudo da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária, visando abstrair as características peculiares e similares desses, contribuindo para o aprimoramento do conhecimento militar sobre o tema.

As operações de caráter humanitário vêm crescendo de importância no contexto mundial, em parte devido a necessidade de lidar com os impactos dos grandes movimentos migratórios que vêm causando um enorme desequilíbrio na sociedade de países recebedores de imigrantes (OLIVEIRA, 2018). A falta de uma doutrina consolidada e específica para atuar em crises humanitárias se apresenta como um desafio às diferentes forças militares, particularmente para o Exército Brasileiro (GAMA, 2020). Atualmente, devido à grande capacidade de resolver problemas, as Forças Militares são as primeiras a serem chamadas, como resposta do Estado brasileiro às situações dessa natureza (GAMA, 2020).

No contexto regional, percebe-se que a forte instabilidade política e econômica que acometeu a Venezuela, fez eclodir uma enorme crise e, a partir do segundo semestre de 2015, a intensificação de tal crise ocasionou o incremento do fluxo de entradas de venezuelanos no Brasil, principalmente, pela cidade de Pacaraima-RR, em busca de melhores condições de vida, tendo como principais destinos as cidades de Boa Vista-RR e Manaus-AM (KANAN, 2019).

Devido a esse cenário da República Bolivariana da Venezuela, o Brasil vem recebendo, ao longo dos últimos 6 (seis) anos, um número considerável de imigrantes oriundos daquele país. Segundo a Casa Civil da Presidência da República, em 2018, por exemplo, foi registrada a entrada de cerca de 190 mil venezuelanos, numa média diária aproximada de 500 imigrantes e, em 2019, cerca de 210 mil com uma média diária de 600 venezuelanos por dia.

Em virtude desse quadro, o Presidente da República, como chefe do executivo, resolveu, editar medidas emergenciais para o início do acolhimento dessas pessoas em situação de vulnerabilidade, o que acarretou criação da Operação Acolhida, que conta com forte participação militar, notadamente do Exército Brasileiro (ARAÚJO; SPARTA, 2020).

Nesse prisma, esse trabalho tem como objetivo abordar os aspectos doutrinários, notadamente de uma Operação de Ajuda Humanitária, do estudo da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida.

1.1 PROBLEMA

O Exército Brasileiro ainda não possui uma doutrina de emprego consolidada quanto a participação do componente militar numa Operação de Ajuda Humanitária. Alguns procedimentos foram adotados, nesse sentido, durante as ações do Exército Brasileiro na Operação Acolhida. Contudo, o estudo doutrinário sobre essa temática ainda se encontra em fase incipiente. Assim, o problema apontado é: quais os conceitos doutrinários de uma Operação de Ajuda Humanitária que se encontram inseridos na Operação Acolhida que conta com a participação do Exército Brasileiro?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo geral**

Analisar os aspectos doutrinários da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária.

1.2.2 **Objetivos específicos**

- a) Identificar as características e os aspectos doutrinários de uma Operação de Ajuda Humanitária;
- b) Apresentar a Operação Acolhida e os antecedentes da crise da Venezuela;
- c) Caracterizar os aspectos doutrinários relativos a uma Operação de Ajuda Humanitária a partir da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo estará limitado à análise dos aspectos doutrinários da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária. Para isso, é indispensável que seja realizado a identificação das características e dos aspectos doutrinários de uma Operação de Ajuda Humanitária, bem como, apresentar a Operação Acolhida e os seus antecedentes, particularmente, no que tange a crise na Venezuela.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O referido estudo pretende contribuir não só para o Exército Brasileiro, com o aprimoramento de estudos, normas e manuais vigentes que tratam sobre operações de ajuda humanitária, mas também para ampliar a discussão, no mundo acadêmico, acerca de aspectos doutrinários da participação do EB na Operação Acolhida.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa realizada buscou trazer uma abordagem qualitativa de cunho dedutivo e descritivo. Conforme Yin (2016) identificou, a abordagem qualitativa auxilia bastante as ciências sociais, uma vez que “é guiada por um desejo de explicar os acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes”, permitindo entender como indivíduos lidam com desafios cotidianos. Dessa forma, e entendendo-se a natureza do estudo em questão, esse tipo de abordagem se torna uma opção legítima, pois conduz ao entendimento da Operação Acolhida com o viés de uma Operação de Ajuda Humanitária.

Ademais, a pesquisa foi dedutiva. Na perspectiva de Gil (2008), esse tipo de lógica “parte do geral para o particular”. Assim, ao focar na proposta da pesquisa, tem-se a busca pelas relações entre as Operações Acolhida e Ajuda Humanitária, sob o enfoque de aspectos doutrinários da participação do Exército Brasileiro.

Outrossim, a pesquisa descritiva, conforme observou Gil (2008), visa descrever determinado fenômeno, ao mesmo tempo que proporciona o entendimento de relações entre variáveis. Dessa forma, ao se estudar a conexão entre os aspectos doutrinários da Operação Acolhida e uma Operação de Ajuda Humanitária, esse tipo de pesquisa fornece suporte na montagem do trabalho.

2.2 COLETA DE DADOS

Como forma de operacionalizar essa proposta metodológica e de acordo com o Departamento de Pesquisa e Pós-graduação/ECEME, realizou-se um levantamento bibliográfico, utilizando-se bancos de dados de repositórios científicos, como o Google Scholar, Scielo e a Biblioteca Digital do Exército. Nessas bases foram buscados materiais científicos que pudessem se relacionar com os termos “operação de ajuda humanitária” e “operação acolhida”.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

De acordo com ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, (2012), os dados obtidos na coleta deste trabalho foram tratados por meio da análise de conteúdo, buscando compreender os vários aspectos doutrinários de uma

Operação de Ajuda Humanitária presentes na participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

No que diz respeito a metodologia presente no trabalho, esta apresentou limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo realizado e quanto à pesquisa bibliográfica, pois, embora o tema tenha evidente interesse militar, este não foi estudado conforme o enfoque previsto por este trabalho. Contudo, entende-se que o método é adequado para o atingimento do objetivo geral de analisar os aspectos doutrinários da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária.

3 CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DE UMA OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA

3.1 CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 do Centro de Doutrina do Exército Brasileiro (NCD 01/2014 C Dout Ex), apresentou a visão do Exército Brasileiro sobre vários termos empregados no contexto de uma ajuda humanitária. Cabe ressaltar o termo Operação de Ajuda Humanitária:

Operação concebida especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, bem como para prestar assistência cívico-social. Destina-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastre do governo e de organizações não governamentais (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

Na oportunidade, o Exército Brasileiro, ainda, definiu outros conceitos, conforme lista abaixo:

Terminologia	Descrição
AJUDA HUMANITÁRIA	Ação proporcionada por distinto Estado ou por Estados membros da Organização das Nações Unidas ou de qualquer outro organismo internacional para a urgente prestação de socorro de natureza diversa, a nacionais de país atingido pelos efeitos de catástrofes, ou decorrentes da devastação de guerra entre nações litigantes, tudo com o objetivo de proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, respeitado o princípio da não intervenção.
AÇÃO HUMANITÁRIA	Ação que são desenvolvidas por contingente de forças navais, terrestres e aéreas, proporcionadas por distinto Estado ou por Estados membros da Organização das Nações Unidas ou de qualquer outro organismo internacional (regional ou mundial), para a urgente prestação de socorro de natureza diversa, a nacionais de país atingido pelos efeitos de catástrofes, ou decorrentes da devastação de guerra entre nações litigantes, tudo com o objetivo de proteger, amparar e oferecer bem-estar

Terminologia	Descrição
	às populações vitimadas, respeitado o princípio da não intervenção.
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA	Ação militar secundária, no contexto de outra operação militar, na qual se utilizam os meios militares disponíveis para complementar os esforços dos atores civis na área de operações, a fim de aliviar o sofrimento humano.
DESASTRE	É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando grandes impactos na sociedade por meio de <u>danos humanos, materiais, ambientais e, conseqüentemente, prejuízos econômicos e sociais</u> . Os <i>desastres humanos</i> são aqueles gerados pelas ações ou omissões humanas, como acidentes de trânsito, incêndios industriais e contaminações de rios. Já os <i>desastres naturais</i> são causados pelo impacto de um fenômeno natural de grande intensidade sobre uma área ou região povoada, podendo ou não ser agravado pelas atividades antrópicas. Caso não possua danos ou ocorra em áreas não ocupadas o fenômeno é apenas um evento natural.
DANO	Resultado de perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições e aos ecossistemas, como consequência de um desastre.
DESLOCADOS	Pessoas ou grupos de pessoas compelidas a fugir de seus domicílios ou locais em que residiam habitualmente, de maneira súbita e imprevista, em consequência de conflitos armados, tensões internas, violações massivas dos direitos humanos ou desastres naturais ou provocados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira reconhecida internacionalmente.
REFUGIADOS	Pessoas que tiveram de deixar ou permanecer fora do seu país ou cruzar uma fronteira reconhecida, como

Terminologia	Descrição
	consequência de um conflito armado que ameaçavam sua vida e sua liberdade.
ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Tabela 1 - Conceitos

Fonte: BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014

Os conceitos são importantes para nivelar o entendimento, principalmente, pois os envolvidos, nesse tipo de operação, transcendem o componente militar. Ainda nesse viés, observa-se a relevância de se listar os princípios gerais das Operações de Ajuda Humanitária: velocidade de resposta inicial, consciência situacional e avaliação, coordenação com o governo local e outras agências, utilização de unidades locais, adequação do apoio de saúde, gerenciamento de distribuição, unidade de esforço de comunicação social, planejamento e execução com vistas ao estado final desejado, e atenção aos efeitos de segunda e terceira ordem (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

Do exposto, observa-se que as Operações de Ajuda Humanitárias são um conjunto de atividades desenvolvidas pelo componente militar de um país, normalmente em ambiente conjunto e interagências, concebidas especificamente para aliviar o sofrimento humano em resposta a desastres provocados pelo homem ou não, em território nacional ou no exterior, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022).

Outrossim, pode-se identificar que a finalidade de uma Operação de Ajuda Humanitária está associada com a necessidade de reduzir os efeitos de desastres naturais, ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social para as populações necessitadas (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022).

Ademais, outro aspecto a considerar é a localização geográfica onde pode se desenrolar uma Op Aj Hum. Assim, quando realizadas em território nacional (âmbito interno), estão enquadradas como uma atribuição subsidiária geral, uma vez que cooperam com as ações da defesa civil, sendo as mesmas classificadas como um dos

tipos de Operação de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA). Quando realizadas no exterior (âmbito externo), são classificadas como ações sob a égide de organismos internacionais, estando enquadradas como ações de caráter humanitário(ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL

O Manual de Campanha EB70-MC-10.223 Operações, apresenta o ambiente operacional como sendo “o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atuam as forças militares e que interferem na forma como são empregadas, sendo caracterizado pelas dimensões física, humana e informacional”.

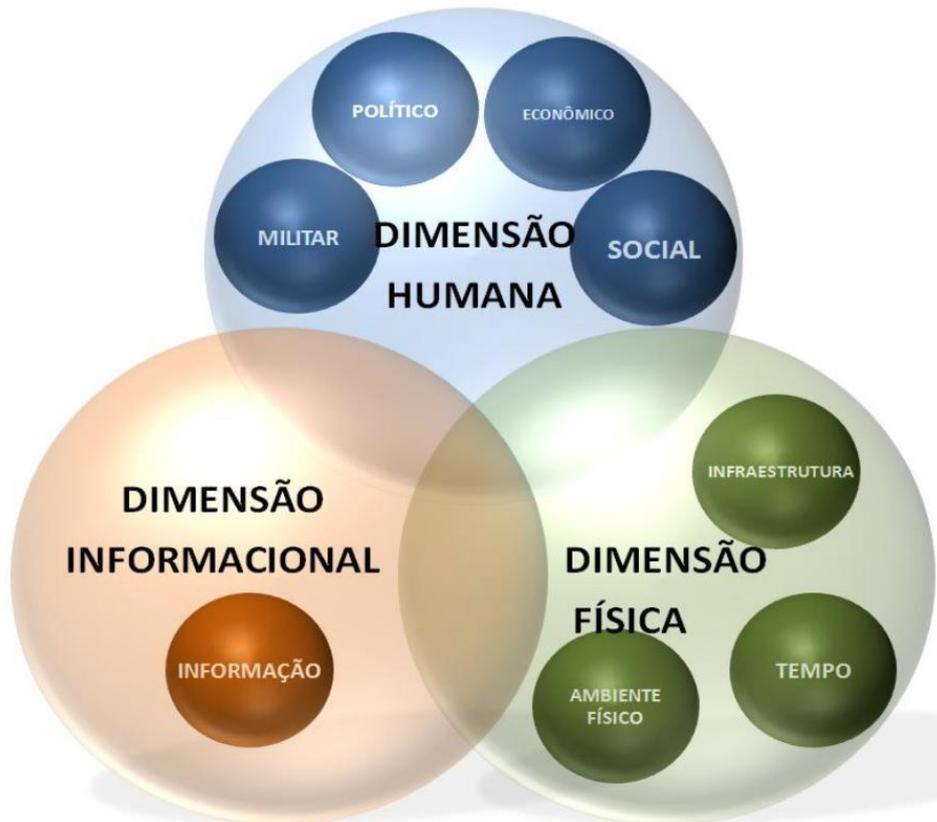


Gráfico 1 – Dimensões do ambiente operacional.
Fonte: BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020

Já o Manual de Campanha EB70-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres, considera relevante, para se analisar e descrever um ambiente operacional, que seja feita uma reflexão sobre os oito fatores operacionais.

3.3.1.1 O conhecimento dos fatores operacionais é fundamental para desenvolver um entendimento completo do ambiente, para obter consciência situacional. Eles são aspectos militares e não militares que diferem de uma área de operações para outra e afetam as operações. Descrevem não só os aspectos militares de um ambiente operacional, mas também a influência da

população sobre ela, abrangendo as dimensões humana, física e informacional.

3.3.1.2 Os oito fatores operacionais são: Político, Militar, Econômico, Social, Informação, Infraestrutura (IE), Ambiente físico e Tempo (PMESIIAT). O estudo do (a) TO ou área de operações (A Op) quanto aos oito fatores é contínuo, com vistas a refinar e a atualizar o planejamento no decorrer da operação.(BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020a)

No que se refere ao ambiente operacional no contexto de uma ajuda humanitária, com base no contido na NCD 01/2014 C Dout Ex, pode-se abstrair as seguintes informações:

Dimensão	Fator Operacional	Descrição
Física	Infraestrutura	- Estruturas e serviços seriamente comprometidos e/ou insuficientes;
	Tempo	- Tempo está relacionado com a duração e persistência dos efeitos danosos dos desastres; - Tempo é fator crítico para o planejamento e para minimizar os efeitos dos desastres;
	Ambiente Físico	- Os aspectos fisiográficos e meteorológicos condicionam ou repercutem no quadro do desastre; - Consideram os efeitos do terreno, clima e meteorologia no desastre ocorrido.
Humana	Político	- Responsabilidade pela condução da resposta é preponderantemente das autoridades civis.
	Militar	- As Forças Armadas atuam de forma subsidiária; - Pronta mobilização do Destacamento de Resposta Inicial e da Força de Ajuda Humanitária; - Atuação das Forças Armadas em conjunto com as diversas agências envolvidas com o desastre.
	Econômico	- Existência de um quadro de forte comprometimento econômico dos afetados pelo desastre; - Necessidade de ajuda financeira, pública e/ou privada, para condução das ações e minimização dos efeitos;

Dimensão	Fator Operacional	Descrição
	Social	<ul style="list-style-type: none"> - O estado do desastre afeta fortemente o moral dos envolvidos; - Forte apelo emocional da sociedade; - Possibilidade de surgimento de respostas impulsivas, o que pode acabar gerando uma instabilidade social; - Dentre os efeitos do desastre cita-se o deslocamento de pessoas e óbitos.
Informacional	Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro inicial de muitas incertezas sobre os impactos e danos causados pelo desastre. - Necessidade de estabelecimento de um Centro de Controle com os representantes de todos os atores envolvidos. - Estabelecimento de um Plano de Obtenção de Conhecimento (POC) que contemplem as medidas e indicadores que balizarão a mensuração das necessidades de apoio do EB e ao controle da Operação; - Necessidade de manter a sociedade informada sobre as providências tomadas, atividades realizadas e diagnósticos dos danos dos desastres.

Tabela 2 - Análise e descrição do ambiente operacional de uma Operação de Ajuda Humanitária.

Fonte: BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014

3.3 O PLANEJAMENTO DE UM OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA

A Doutrina Militar Terrestre contempla 4 (quatro) níveis de planejamento, sendo eles: o político, estratégico, operacional e tático. Eles se encontram descritos no manual de fundamentos EB20-MF-10.102, da seguinte forma:

5.4 NÍVEIS DE PLANEJAMENTO

5.4.1 A Sistemática de Planejamento de Emprego Conjunto das Forças Armadas (SisPECFA), apresentada na Doutrina de Operações Conjuntas, em seu ciclo completo, contempla: a) no nível político: diretrizes, de responsabilidade do Comandante Supremo (CS); b) no nível estratégico: diretrizes e planos, de responsabilidade do Ministério da Defesa; c) no nível

operacional: diretrizes de planejamento operacional e planos operacionais, de responsabilidade dos Comandos Operacionais ativados; e d) no nível tático: diretrizes de planejamento tático, planos táticos e ordens de operações, de responsabilidade das Forças Componentes (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019)

Ademais, segundo o manual de campanha EB70-MC-10.211, que trata sobre o Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres, é de suma importância a realização do planejamento “em toda e qualquer atividade militar, pois permite ao comandante influenciar o futuro, interferindo no curso dos eventos para alcançar resultado satisfatório nas operações”. Ainda neste manual observa-se a percepção do Exército Brasileiro sobre o Planejamento e Condução das Operações Terrestres.

4.1.1 Planejar é conceber a solução para um problema militar. É combinar arte e ciência para obter a mais precisa compreensão sobre ele, vislumbrando o estado final ou os objetivos que se desejam alcançar quando o problema for resolvido e estabelecendo formas eficazes para que isso aconteça. O planejamento é uma das formas pelas quais se estabelece uma visão comum entre o comandante, seu Estado-Maior, os comandantes subordinados e os órgãos civis no ambiente interagências. Os produtos diretos do planejamento são os planos e as ordens que sincronizam as ações das forças no tempo, no espaço e na finalidade para alcançar objetivos e cumprir suas missões.

4.1.2 Na condução de operações terrestres, o planejamento é um processo cíclico, contínuo e adaptativo que não se encerra com a produção do plano ou a emissão da ordem. Durante a preparação e a execução, o plano é ajustado continuamente, conforme ocorram mudanças na situação. Subordinados e outras fontes contribuem diretamente para esses ajustes, fornecendo suas visões sobre se estão produzindo ou não resultados, sugerindo medidas para melhorar o desempenho. Em algumas circunstâncias, o comandante pode concluir que a ordem emitida (incluindo as variantes e ordens fragmentárias decorrentes) deixou de ser adequada à situação e ao problema para o qual foi elaborada. Nesses casos, em vez de modificar o plano, o comandante reavalia (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020a).

Nesse sentido, ainda nesse manual, considerando o nível de planejamento, em particular o operacional e o tático, pode-se observar a existência de 3 (três) metodologias ou métodos para o planejamento.

4.1.7.1 Nas Op Ter, há três metodologias/métodos para o Plj a serem utilizadas:

- a) metodologia para o componente conceitual do planejamento – Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE) –, que pode ser utilizada por todos os escalões que possuem EM no comando;
- b) metodologia para o componente detalhado do planejamento – Exame de Situação –, que deve ser utilizada por todos os escalões que possuem EM no comando; e
- c) trabalho de comando – deve ser utilizado por subunidades e escalões inferiores.

4.1.7.2 Os fatores a considerar quando da escolha por uma ou mais dessas metodologias/métodos, são:

- a) a complexidade e o ineditismo do problema;
- b) a familiaridade com a situação;
- c) o tempo disponível;
- d) a capacitação de pessoal disponível;

- e) a disponibilidade de pessoal para executar o planejamento; e
- f) a existência, ou não, de planejamentos militares de escalões/níveis acima(BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020a).

A Operação de Ajuda Humanitária não se encontra descrita por completo no arcabouço doutrinário do Exército Brasileiro, uma vez que não existe um manual que trate especificamente sobre o tema. Além disso, esse tipo de operação ocorre num quadro de desastre, que apresenta grande complexidade e um certo grau de ineditismo. Assim, é possível inferir que todas as três metodologias são adotadas, com destaque para a Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE), uma vez que esta deve ser feita pelo mais alto escalão responsável pela operação e que irá nortear os demais escalões na execução do Exame de Situação e/ou do Trabalho de Comando.

4 OS ANTECEDENTES DA CRISE DA VENEZUELA E A OPERAÇÃO ACOLHIDA

4.1 ANTECEDENTES DA CRISE DA VENEZUELA

A República Bolivariana da Venezuela, país de enorme potencial econômico, em razão de possuir uma das maiores reservas de petróleo do mundo, vem enfrentando nos últimos anos uma grave crise política, econômica e social.

4.1.1 Crise Política

No cenário político, os mandatários venezuelanos, notadamente Hugo Chaves e, o seu sucessor, Nicolas Maduro, ambos de orientação socialista, provocaram uma série de ingerências e desequilíbrios entre os três poderes. Ademais, fruto da falta da alternância de poder, a capacidade dos poderes judiciário e legislativo de atuar sobre as ações do chefe do executivo foi solapada(KANAAN, 2019).

Em 2018, em mais um capítulo da complicada conjuntura política, Nicolas Maduro ganhou a reeleição de forma, supostamente, fraudulenta, em virtude do forte número de abstenções e com inúmeros casos de crimes eleitorais(KANAAN, 2019). Esse quadro, culminou, em 2019, com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela. O ato em praça pública, na região leste de Caracas, marcou o início de uma série de planos para tentar destituir Nicolás Maduro da presidência.

4.1.2 Crise Econômica

No campo econômico, a redução preço do barril do petróleo no mercado internacional impactou diretamente na perda do poder aquisitivo do país e tornou o país extremamente dependente da importação(KANAAN, 2019). Ademais, a pouca diversificação da economia devido à ausência de investimentos expressivos no agronegócio ou no setor industrial nos últimos anos, levou o país a enfrentar sucessivos recordes de inflação, escassez de alimentos e habitação(MATTOS; LOPES, 2021).

4.1.3 Crise Social

Fruto do exposto anteriormente, o plano social foi fortemente afetado pois o governo passou a não atender aos anseios da população em serviços e gêneros básicos, gerando para um aumento dos índices de criminalidade(KANAAN, 2019).

Em decorrência desse cenário, buscando a sobrevivência, grande parte de população foi forçada a sair da Venezuela, como imigrantes ou refugiados, em direção a países da América do Sul, da Europa e os Estados Unidos. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), mais de 5,4 milhões de venezuelanos deixaram o país e estão vivendo no exterior. Os principais destinos são a Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil, nesta ordem (INTER-AGENCY COORDINATION PLATAFORM FOR REFUGEES AND MIGRANTS FROM VENEZUELA, 2022). Em síntese, cerca de 5 mil venezuelanos deixa o país diariamente, sendo classificado, pelas agências citadas, como uma das maiores crises de movimento populacional da história.

4.2 A OPERAÇÃO ACOLHIDA

4.2.1 O reflexo da crise venezuelana em território brasileiro

A Venezuela faz fronteira com a Colômbia, a Guiana e o Brasil. No caso do Brasil, a extensão é de cerca de 1.645 Km, existindo apenas um ponto legal de passagem, localizado em Pacaraima, cuja infraestrutura de serviços públicos e mercado de trabalho local, embora funcionem, são limitados (OLIVEIRA, 2018). Nesse sentido, o território brasileiro foi escolhido como destino ou como rota de passagem de inúmeros deslocados (OLIVEIRA, 2018).

O Brasil apresenta atrativos expressivos, como a percepção da baixa propensão do governo brasileiro em impedir o fluxo de migrantes venezuelanos; a pré-existência de interações políticas, econômicas e sociais na região norte, particularmente no Estado de Roraima; e a facilidade do acesso à BR- 174, que liga Boa Vista/RR a Manaus/AM. Além disso, vem sendo observado o esforço do Estado brasileiro em acolher da melhor maneira possível os migrantes e refugiados venezuelanos, fornecendo abrigo, alimentação, saúde e a possibilidade de viver em outras regiões do País com oportunidade de emprego (MATTOS; LOPES, 2021).

Esses fatos resultaram em impactos sociais perceptíveis em Pacaraima e em Boa Vista, como mendicância, invasão de logradouros públicos, aumento da prostituição, superlotação de hospitais e casos isolados de xenofobia (OLIVEIRA, 2018).

4.2.2 Resposta brasileira à crise

O ano de 2017 representou um ápice no quadro caótico de desequilíbrios sociais na região, tendo gerado uma população venezuelana marginalizada dentro do território brasileiro. Diante de toda a problemática vivida pelo Estado de Roraima e da repercussão nacional e internacional, em fevereiro de 2018 o governo federal decidiu intervir de modo sistemático:

O agravamento da situação levou o governo brasileiro a reconhecer a “situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para o Estado de Roraima, provocado pela crise humanitária na [...] Venezuela” por meio da publicação do Decreto Presidencial nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018. Ademais, foi criado o **Comitê Federal de Assistência Emergencial** para “acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório”, por meio do Decreto Presidencial nº 9.286, também de 15 de fevereiro de 2018, com representantes de diversos órgãos governamentais e ministérios, dentre eles a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional(OLIVEIRA, 2018).

Em 14 de agosto de 2019, esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, que passou a envolver 11 ministérios. A Casa Civil da Presidência da República, além de presidir o comitê, ficou com a incumbência de atuar como secretaria-executiva. Além disso, foram instituídos quatro subcomitês federais: Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; Interiorização; e Ordenamento de Fronteira, Acolhimento, Interiorização e Saúde (MATTOS; LOPES, 2021)

Ainda nesse viés, o governo brasileiro, através do Ministério da Defesa, resolveu empregar o componente militar em duas frentes: no controle e vigilância na faixa de fronteira, com a Operação Controle, e na ajuda humanitária aos refugiados venezuelanos, com a Operação Acolhida.

Assim, o ministro da Defesa expediu a Diretriz Ministerial de nº 3, de 28 de fevereiro de 2018, que autorizou a Operação Acolhida, que teria por objetivo realizar o acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima. Com a finalidade de colocar em prática o planejamento e a execução da **Operação Acolhida**, foi concebida a Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima, que ficou encarregada de unir os esforços dos governos federal, estadual e municipal no tocante às medidas de assistência emergencial para acolher os cidadãos venezuelanos, bem como a interação com outras agências. Também foi criada a **Operação Controle**, atendendo ao previsto na Diretriz Ministerial nº 04/2018, com o objetivo intensificar as ações de vigilância na faixa de fronteira Brasil-Venezuela, ficando a cargo da 1ª Brigada de Infantaria de Selva(CRUZ; SANTIAGO, 2021).

A Operação Acolhida pode ser enquadrada como uma operação conjunta, interagências, logística e humanitária. É conjunta, devido a participação de efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea. É interagências, por contar, além as Forças Armadas, com outras agências “com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços”, no sentido de acolher os venezuelanos desassistidos e em situação de

vulnerabilidade, de maneira organizada, sistemática e eficiente, sendo por esse motivo, também, uma operação de ajuda humanitária(OLIVEIRA, 2018).

4.2.3 Estruturação da Operação

O cargo de coordenador operacional é fruto de indicação do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) e vem sendo exercida, desde o início da Operação, por um oficial-general, que também é o comandante da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum).

A FT Log Hum foi estabelecida para planejar e desenvolver as atividades das Forças Armadas no Estado de Roraima. A missão principal da força-tarefa é cooperar e coordenar com os governos federal, estadual e municipal e com as medidas de assistência emergencial para o acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela que se encontram em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária instaurada naquele país (COTER/DECEX,2019apud MATTOS; LOPES, 2021)

A missão da FT Log Hum é, em cooperação com órgãos governamentais e não governamentais, organizações internacionais, agências da Organização das Nações Unidas e entidades religiosas e filantrópicas, realizar a interiorização dos imigrantes em situação de vulnerabilidade, provenientes da Venezuela, a fim de permitir sua integração socioeconômica e manter o ordenamento da fronteira em Pacaraima e o abrigo de imigrantes vulneráveis em processo de interiorização.

Com vistas a organizar os esforços, foi estabelecido um Estado-Maior Conjunto dentro da FT Log Hum, englobando militares das três Forças Armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) que centraliza os planejamentos das ações a serem executadas. As execuções tramitam, contudo, de maneira descentralizada, cabendo a cada estrutura executar suas missões (COTER/DECEX,2019apud MATTOS; LOPES, 2021).

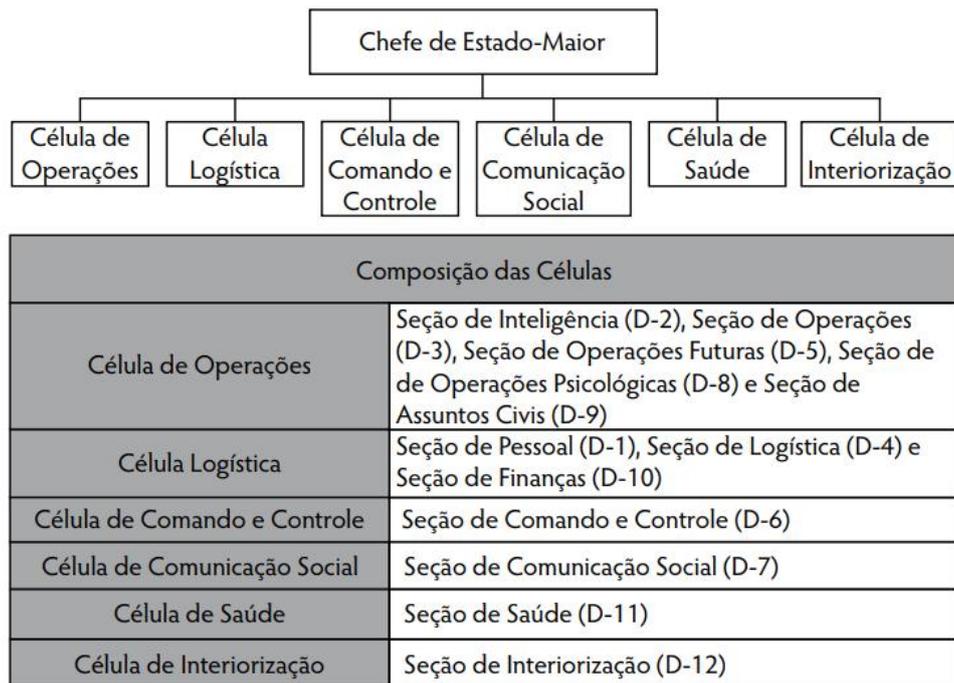


Gráfico 2 – Estado-Maior da FT Log Hum em 2018
 Fonte: OLIVEIRA, 2018

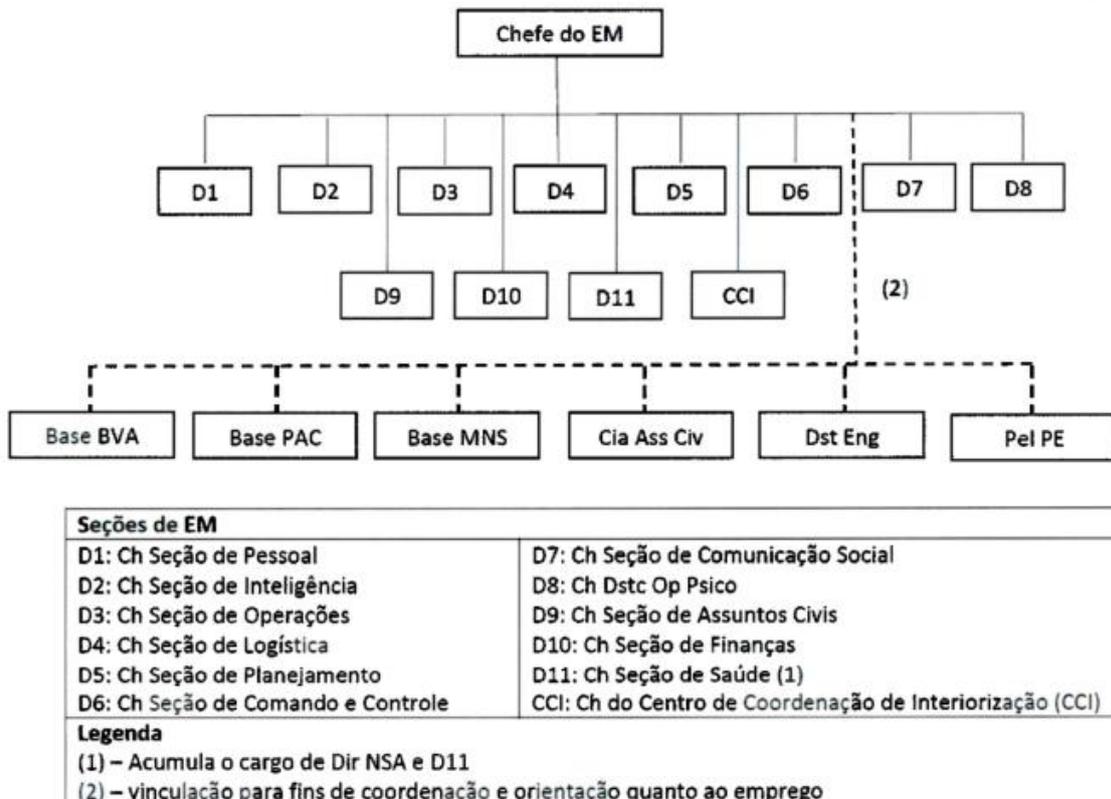


Gráfico 3 – Estado-Maior da FT Log Hum em 2021
 Fonte: COTER

Célula	Descrição
Célula de Operações	<p>1) Responsável por congregar as Seções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inteligência (D-2); - Operações (D-3); - Operações Futuras (D-5); - Operações Psicológicas (D-8); e - Assuntos Civis (D-9). <p>2) Conduz a coordenação, o controle e à sincronização de todas as ações conduzidas pelos vetores (civil e militar) envolvidos.</p> <p>3) A Célula de Operações é chefiada pelo D-3, com competência para o gerenciamento das situações de ajuda humanitária e coordenação interagências</p> <p>4) As seções D2, D7 e D8 possuem uma estreita ligação, totalmente inseridas no conceito das Operações de Informação (Op Info).</p>
Célula de Comunicação Social	<p>1) Responsável por preservar e fortalecer a imagem de todos os participantes, particularmente das Forças Armadas, perante a sociedade brasileira e diante da comunidade internacional, destacando os aspectos positivos da ação humanitária no decorrer da Operação Acolhida.</p> <p>2) Permeia todas as estratégias de emprego, catalisando a opinião pública local, regional e, dentro do possível, a nacional e a internacional.</p> <p>3) É chefiada pelo D-7.</p>
Célula Logística	<p>1) Responsável pela coordenação, o controle e a sincronização da logística no ambiente interagências, congregando, também as atividades logísticas de pessoal e de finanças da operação.</p> <p>3) É chefiada pelo D-4, que é o responsável pelo assessoramento ao Coor Op e Ch EMCj, no que tange ao Ap Log e à gestão financeira.</p>

Célula	Descrição
Célula de Comando e Controle	<p>1) Responsável por estruturar o sistema de coordenação, comunicações, controle e inteligência.</p> <p>2) Tem a missão de gerenciar o sistema e os meios de tecnologia da informação e comunicações (TIC), viabilizando a consciência situacional ao coordenador operacional e EMCj.</p> <p>3) É chefiada pelo D-6.</p>
Célula de Saúde	<p>1) Responsável pela coordenação de todas as atividades de apoio de saúde a serem prestadas na Op Acolhida aos imigrantes venezuelanos pelas Forças Armadas e agências.</p> <p>2) É chefiada pelo D-11.</p> <p>3) Pela primeira vez, está sendo empregada uma Seção do Serviço de Assistência Social que permanece durante toda a Operação, composta por um psicólogo e um assistente social prestando apoio psicológico e social à tropa</p>
Célula de Interiorização	<p>1) Responsável pela coordenação do processo de transferência dos venezuelanos para outros estados e cidades brasileiros, por meio de um cadastramento (banco de dados) e uma triagem final, permitindo, assim, sua inclusão socioeconômica na sociedade brasileira.</p> <p>2) Este processo de transferência voluntária dos venezuelanos foi denominado de interiorização e é planejado e executado com os demais órgãos e agências.</p> <p>3) A Célula de Interiorização é chefiada pelo Chefe da Interiorização.</p>

Tabela 3 - Extrato das funções e atribuições das células do EM Cj FT Log Hum
Fonte: KANAAN, 2019

Conforme descrito por OLIVEIRA, 2018, o foco do planejamento da Operação Acolhida baseou-se em três pilares: o ordenamento da fronteira, o abrigo e a interiorização.

O **ordenamento da fronteira** pode ser entendido como a organização do fluxo migratório venezuelano, desde a chegada do imigrante à fronteira em Pacaraima. As agências de controle migratório não dispunham de servidores e estruturas apropriadas para suportar a grande quantidade de venezuelanos que passaram a ingressar no Brasil diariamente, o que resultava na necessidade de se estabelecer uma estrutura física e humana capaz de fazer frente à nova realidade. O segundo pilar é o **abrigo**, que consiste na oferta de condições dignas de alojamento, de alimentação e de apoio médico aos venezuelanos desassistidos, os quais, no período anterior ao início da Operação Acolhida, passaram a montar acampamentos em logradouros públicos das cidades de Pacaraima e Boa Vista, de forma desordenada. Retirá-los da rua, fornecendo-lhes um abrigo de qualidade, tornou-se fundamental para o sucesso da operação. O terceiro pilar é a **interiorização**, que consiste no processo de distribuição do contingente populacional de imigrantes venezuelanos nos outros Estados do Brasil. Esse processo foi, desde o início do planejamento, considerado como um fator crítico, haja vista que há uma limitação na quantidade de vagas nos abrigos de Pacaraima e de Boa Vista e que o fluxo migratório venezuelano em direção ao Brasil não diminuirá em curto prazo(OLIVEIRA, 2018).

Ainda, a figura abaixo demonstra a síntese do trabalho que é realizado:

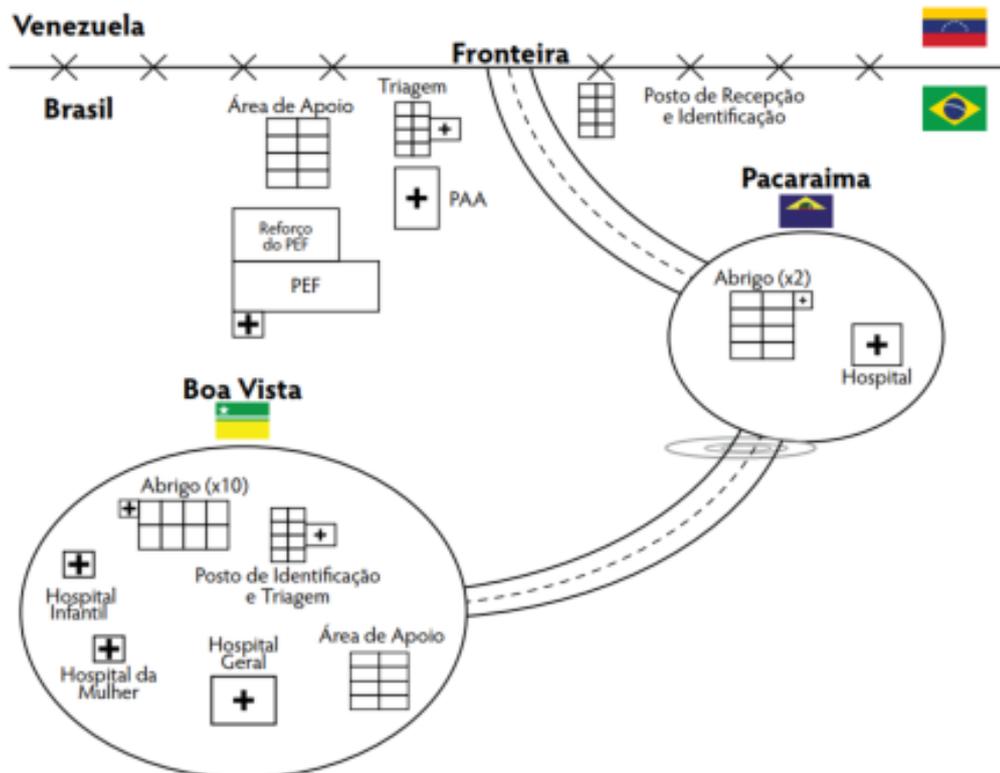


Gráfico 4 – Fluxo Migratório de venezuelano em Pacaraima
Fonte: OLIVEIRA, 2018

No cumprimento de sua missão, a tropa que compõe a FT Log Hum, necessariamente, atua envolvida no ambiente interagências, buscando alcançar a sinergia com mais de uma centena de instituições participantes. Cabe ressaltar que

os órgãos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, não são subordinados à FT Log Hum, cabendo ao seu comandante coordenar os trabalhos, e não dar ordens. Nesse sentido, é característico nesse ambiente as dificuldades com os diferentes processos e culturas, incluindo o idioma. Todavia, esses entraves são superados pela capacidade do militar brasileiro de se adaptar a novas situações e normas (COTER/DECEX,2019apud MATTOS; LOPES, 2021). Abaixo encontra-se uma tabela com as principais agências participantes da Operação Acolhida.

Agências	Descrição
Órgãos Governamentais (OG) Federais	Receita Federal; Ministério Público do Trabalho; Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Advocacia Geral da União (AGU); Defensoria Pública da União (DPU); Ministério Público da União (MPU); Justiça Federal; Universidade Federal de Roraima (UFRR); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Eletrobrás Distribuição Roraima (ELETROBRAS).
Órgãos Governamentais (OG) Estaduais	Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES); Secretaria de Saúde; Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, Epidemiológica e Sanitária; Secretaria Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Corpo de Bombeiros Militar; Secretaria Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Universidade Estadual de Roraima (UERR); Serviço Social do Comércio (SESC); Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAERR), Defensoria Pública Estadual (DPE), Ministério Público do Estado (MPE) e Justiça Estadual (Vara da Criança)
Órgãos Governamentais (OG) Municipais	Prefeitura Municipal de Boa Vista; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Gestão Social; Secretaria Municipal de Serviços Público e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas; Guarda Municipal; e Conselho Tutelar

Agências	Descrição
Órgãos de Segurança	Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Força Nacional de Segurança Pública; Polícia Militar; e Polícia Civil.
Agências da ONU	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); ONU Mulheres; e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
Organismos Internacionais	Agencia dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) / <i>Office of U.S. Foreign Disaster Assistance</i> (OFDA), Comitê Internacional da Cruz Vermelha; e REACH Initiative.
Organismos Não Governamentais (ONG)	Fraternidade-Federação Humanitária Internacional (FFHI); Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI); <i>Norwegian Refugee Council</i> (NRC); Fraternidade sem Fronteiras (FSF); <i>Télécoms Sans Frontières</i> (TSF); Engenheiros sem Fronteiras (ESF); Serviço Jesuíta a Imigrantes e Refugiados (SJIR); Visão Mundial (WV); Associação de Bem com a Vida (ABV); Pirlampos; Associação Fala Mulher; Jovens com uma Missão (JOCUM); Mises Brasil; Palhaços sem Fronteira; Ação do Coração; Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais (ADRA); e Associação Missão Esperança (AME)
Entidade Filantrópicas	Rotary Club; Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA); Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Companhia Cultural Bola de Meia; Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima; Fundação Fé e Alegria do Brasil (FFAB);

Agências	Descrição
	Centro de Migração e Direitos Humanos (CMDH); Exército da Salvação; e Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH).
Entidades Religiosas	Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora da CONSOLATA); Igreja Metodista; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons); Igreja Batista do Calvário; Cáritas Diocese de Roraima; Pastoral Universitária; Pastoral do Imigrante; e Pastoral da Criança.
Empresas Privadas	Linhas Aéreas Azul; Gol Linhas Aéreas Inteligentes; LATAM Airlines Brasil; e M3 Comunicação e <i>Marketing</i>

Tabela 4 - Agências com a atuação junto à Operação Acolhida
 Fonte: KANAAN, 2019

5 ESTUDO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA, SOB A PERSPECTIVA DE UMA OPERAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA, ENFOCANDO A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O correto entendimento do Ambiente Operacional reflete diretamente no sucesso nas Operações de Ajuda Humanitária. Isso posto, o comando da FT Log Hum realiza o acompanhamento do fluxo migratório e os seus impactos, de forma a manter a consciência situacional atualizada nas três dimensões: física, humana e informacional.

Dependendo do contexto, as Op de Aj Hum podem apresentar características operações militares típicas, sejam elas singulares, conjuntas ou combinadas, em situação de guerra e em situação de não guerra, no território nacional ou no exterior. No caso da Operação Acolhida, ela se constitui de uma operação conjunta, em situação de não-guerra desenvolvida em território nacional.

5.2 ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Por ocasião de uma Op Aj Hum, o planejamento é importante pois permite ao comandante “compreender e desenvolver soluções para os problemas, a antecipar eventos e adaptar-se às mudanças de circunstâncias, organizar os meios à sua disposição e priorizar os esforços”(BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020a). Nesse sentido, podemos identificar, através das ordens e diretrizes emanadas nos diversos níveis de comando, que a Op Acolhida está alinhada com essa necessidade do planejamento.

Ademais, os desastres causam diferentes danos nas três dimensões do ambiente operacional, o que pode revelar a necessidade de desenvolvimento de ações de diferentes aspectos de ineditismo e complexidade. Assim sendo, a Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE) foi o processo mais sugestivo a ser usado na Op Acolhida, pois proporciona ao comandante a possibilidade de avaliar corretamente o Ambiente Operacional, entender e formular o problema e desenvolver uma Abordagem Operativa, etapas preliminares essenciais ao planejamento mais detalhado, proporcionando respostas com adequado grau de precisão(BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020a).

Nesse sentido, diversos elementos da arte operacional são utilizados para o planejamento conceitual de uma Op Aj Hum, auxiliando o comandante na identificação dos objetivos que ligam as missões táticas ao Estado Final Desejado (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022). Ainda, particularmente no caso da Op Acolhida, teve-se em mente que a seleção dos indicadores e sua avaliação contínua são tarefas críticas para a medição das alterações do ambiente operacional e visam a consecução de pontos decisivos.

Outrossim, cabe ressaltar que esse conjunto de ferramentas deve se adequar às características do tipo de operação e proporcionar uma melhor compreensão do ambiente operacional, servindo de elo entre o planejamento conceitual e o detalhado. Nesse sentido, pode-se enumerar, entre outros indicadores: o fluxo migratório de venezuelanos em Pacaraima; a solicitação de refúgio e residência temporária; a taxa de ocupação dos abrigos; e fluxo de interiorização.

5.3 ATUAÇÃO INTERAGÊNCIAS

Normalmente, a Op Aj Hum ocorrerá enquadrada em um ambiente pleno de agências. Esse quadro não difere do ocorrido na Op Acolhida, onde tão logo foi detectada a necessidade de atuação de várias agências (conforme tabela 4) na prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises ou para a solução de conflitos, buscou-se a integração no planejamento. (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020b).

A partir do recebimento da ordem do escalão superior e munido do devido amparo legal, os vetores envolvidos buscaram o compartilhamento de informações, o planejamento colaborativo, a coordenação de suas respectivas capacidades técnicas e a sincronização das ações.

Um fator crítico para o sucesso das Op Aj Hum no ambiente interagências é o compartilhamento de informações de maneira efetiva. Assim, durante o planejamento da Op Acolhida, buscou-se implementar soluções que visassem estimular e facilitar a troca de dados entre os atores envolvidos, considerando constantemente a boa comunicação entre os participantes.

Além disso, o impacto da cultura organizacional de cada agência foi considerada tanto na fase de planejamento como durante a condução das

operações. Além disso, os graus de envolvimento com a missão por parte dos vetores participantes, em geral, foram diferentes, causando reflexos para a operação.

Ademais, a harmonia de esforços, a colaboração e a integração entre as agências representaram condições imprescindíveis para o desdobramento das operações em ambiente interagências, pois proporcionaram ao escalão responsável a busca por alcançar o estado final desejado e minimizar a possibilidade da dispersão de esforços, retrabalhos, desperdício de recursos humanos e materiais, o que pode acarretar no não atingimento dos objetivos propostos(ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022).

Outro fator crítico para o sucesso foi a obtenção do esforço coordenado e integrado, uma vez que isso permitiu tirar proveito das múltiplas capacidades das agências envolvidas. Para isso, foi necessário suplantando a diversidade de objetivos, de políticas e de processos decisórios.

Em virtude desse cenário, conduzido pela Chefe da Seção de Assuntos Cíveis, buscou-se o diálogo constante entre as agências de governo, em todos os níveis, e a Ft Log Hum, na busca pelo efeito sinérgico de suas ações em prol de resposta eficiente à crise humanitária.

Ao passar cerca de 4 anos da operação, é peremptório “planejar a transmissão de responsabilidades, capacidades e funções dos comandantes militares para as autoridades cíveis, materializada no Plano de Transição”. Caso esse planejamento seja negligenciado, pode-se gerar o envolvimento militar desnecessário e prolongado. Entretanto, a decisão perpassa pelos níveis estratégicos e políticos.

5.4 ASPECTOS JURÍDICOS

Inicialmente, cabe destacar a inexistência de qualquer menção relacionada ajuda humanitária na CF/88. Todavia, esta carta magna estabelece a união como competente para legislar sobre defesa cível.

Além do mais, é importante ressaltar que os aspectos jurídicos repercutem fortemente nas operações. O respeito aos diversos diplomas legais garante a legitimidade das ações e, por conseguinte, a manutenção da credibilidade da instituição. De forma análoga, o flagrante desrespeito às leis

e regramentos pode causar consequências graves para o bom andamento das operações.

Assim sendo, durante a Operação Acolhida, os dispositivos legais, não só foram seguidos, como também foram aperfeiçoados, sendo levados em consideração para o planejamento e condução pela FT Log Hum, em especial o Estatuto dos Refugiados e a Lei de Migração.

Nesse viés, a Ft Log Hum buscou o emprego de cada instituição ou agência nas funções para as quais são vocacionados. Tal atuação é um fator que contribui para a garantia da legalidade da operação, devido a expertise acumulada por seus integrantes a qual reduzirá a possibilidade de ocorrência de problemas de ordem jurídica durante o desenvolvimento dos trabalhos(ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022).

5.5 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Nas Op Aj Hum, normalmente, se exige muito da prontidão logística, haja visto que o apoio é prestado prioritariamente com os meios orgânicos das Organizações Militares adjudicadas. Dessa forma, as Unidades subsequentes da FT Log Hum dos diversos Comandos Militares de Área, buscaram, ao máximo, manter em alta a disponibilidade de seus meios. Além disso, foi percebido a necessidade de uma eficiente estrutura da logística desde o tempo de paz, com a possibilidade de que esta venha a receber e/ou fornecer apoio a outras Forças ou outros colaboradores.

Outrossim, avulta-se a importância da coordenação entre agências, particularmente, na esfera administrativa, para evitar gastos duplicados, a concorrência de processos, como armazenagem e transportes. Ademais, a coordenação viabiliza o desenvolvimento de uma imagem operacional comum, sincronizando o objetivo das operações, melhorando a qualidade das respostas e o bom uso dos recursos.

Ainda sobre os recursos, em particular os destinados ao custeio da Operação Acolhida, esses estão intimamente relacionados a sua destinação. Nesse sentido, é mister a elaboração de um plano de trabalho logístico, onde se justifica a utilização do crédito de forma adequada para cada tipo de missão.

Outro aspecto importante é o seguimento ao regramento normativo da administração pública brasileira, com ênfase, entre outros, aos processos de contratação de serviços, aquisição de material e elaboração de obras com vistas a não ocorrência de malversação.

Em relação aos processos de gestão administrativa, esses, como foram coerentes e bem estabelecidos, contribuíram para a eficiência da aquisição, armazenagem, gerenciamento de estoques e distribuição de suprimentos, em cooperação com todas as agências atuantes na crise.

5.6 CAPACITAÇÃO DO PESSOAL

A complexidade e peculiaridade da Op Acolhida exigiu e ainda exige treinamento e conhecimento específico por parte dos militares envolvidos, seja no planejamento ou na execução. Consequentemente, faz-se necessário não só a manutenção da Diretriz de Preparo das tropas designadas para a atuarem nas Op Aj Hum, mas, também, a inclusão, de forma regular, de exercícios simulados abordando a temática de Aj Hum por diversas tropas.

Ainda no contexto da Operação Acolhida, observa-se que a capacitação, durante a preparação, está sendo estruturada em duas fases de instrução: preliminar e outra de instrução específica, possuindo o seguinte conteúdo:

Instruções Preliminares	Instruções Específicas	
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da Op Acolhida - Combate a Incêndio - Higiene e 1º Socorros - Trato com Civis - Prevenção a violência sexual - Habilitação de Motorista Militar 	<ul style="list-style-type: none"> - Normativo Jurídico - Levantamento Estratégico de Área - Contrainteligência - Trato com a imprensa - Operações dos sistemas - Sistema ACOLHEDOR - Prevenção de acidentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Higiene e 1º Socorros - Ações CIMIC - Regras de engajamento - Apresentar as agências ONU - Valorização da vida - Atividades rotineiras simuladas

Tabela 5 - Lista de instruções

Fonte: BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, EXÉRCITO BRASILEIRO, 2021

Outro aspecto importante, durante essa capacitação, é a presença de militares de rodízios anteriores, principalmente na fase específica, ministrando palestras particularizadas ao efetivo do contingente substituto, notadamente, na parte de inteligência, planejamento, finanças, interiorização, ordenamento da fronteira e abrigos. Tal ação viabiliza uma troca de experiências com quem está na função, contribuindo sobremaneira para a preparação do contingente

Do exposto, percebe-se que, visando minimizar as lacunas na capacitação de pessoal em Op Aj Hum, faz-se necessária a inclusão de instruções próprias para esse fim no Programa de Instrução Militar, em particular durante a fase de instrução individual básica. Cabe ressaltar que as instruções podem ser adaptadas de acordo com a área de vocação da tropa, podendo, também, contar com competência e experiência de militares regresso de operações similares, dos órgãos de segurança pública e de defesa civil locais, visando o apoio e complemento das instruções(ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022).

5.7 CONDUÇÃO DA OPERAÇÃO

A execução de uma Operação se caracteriza pela busca de colocar os planos em ação, aplicando os oito elementos do Poder de Combate Terrestre (seis funções de combate – Movimento e Manobra, Fogos, Inteligência, Proteção, Logística e Comando e Controle – mais Informações e Liderança). No caso de uma Operação de Ajuda Humanitária, os elementos do Poder de Combate Terrestre podem obter um reforço de outros órgãos ou agências governamentais.

Ainda nesse viés, o processo de tomada de decisão engloba diversas ferramentas e perpassa todas as estruturas do comando e controle. Cabe ressaltar, que os fatores operacionais e os fatores da decisão mudam continuamente durante a execução. Isso muitas vezes invalida ou enfraquece a linha de ação adotada e os critérios que levaram à sua adoção. Assim, o processo de condução das operações visa permitir ao comandante realizar alteração no planejamento inicial, com finalidade de atender com efetividade às demandas da evolução do quadro vigente. Para isso, o processo se baseia no monitoramento e na avaliação do ambiente operacional.

No que se refere a Operação Acolhida, a condução da operação se desenvolve com a liderança do Coordenador Operacional, aliado ao Estado-Maior Conjunto da FT Log Hum, englobando militares das três Forças Armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) que centraliza os planejamentos das ações a serem executadas. As execuções tramitam, contudo, de maneira descentralizada, cabendo a cada estrutura executar suas missões de Ajuda Humanitária.

A avaliação continuada da Op Acolhida é de responsabilidade de todas as seções do Estado-Maior, entretanto a maior incumbência é do D5. O controle a avaliação contínua das ações planejadas se fazem por meio de ferramentas denominadas indicadores, dos quais se destacam: o número de desassistidos que entram pelo Posto de Recepção e Identificação (PRI) em Pacaraima; o fluxo migratório de venezuelanos em Pacaraima; a solicitação de refúgio e residência temporária; o número de abrigados por mês em Pacaraima-RR, Boa Vista-RR e Manaus-AM; a taxa de ocupação dos abrigos; e fluxo de interiorização.

Dessa forma, a Op Acolhida depende muito da capacidade das Forças Armadas Brasileira de executar e avaliar as circunstâncias da crise humanitária para o cumprimento bem-sucedido da missão. Percebe-se, então, que a Operação se encontra no transcurso de sua condução sendo balizada por diversos indicadores que conduzem ao atingimento do Estado Final Desejado.

5.8 CAPACIDADES OPERATIVAS OU FUNÇÕES DE COMBATE

As funções de combate surgiram como uma forma de abordagem para a solução dos problemas militares que consideram as funcionalidades de todas as tarefas sob responsabilidade das Unidades da Força Terrestre em operações (ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022).

Por ocasião da Op Acolhida, as funções de combate foram levadas em consideração durante o planejamento e execução, a fim de se facilitar o emprego de cada função adaptada à situação de contingência que se descortinava. Nesse sentido, pôde-se obter a seguinte lista de tarefas de tropas em uma Op Aj Hum.

FUNÇÃO DE COMBATE	TAREFA	DESCRIÇÃO
Movimento e Manobra	Ordenar a fronteira	Restabelecer o ordenamento na fronteira do país receptor, impedindo que o fluxo desordenado de refugiados/deslocados ocasione problemas socioeconômicos nas primeiras localidades receptoras.
	Coordenar a Segurança de Área	Estabelecer a segurança de autoridades na área de operações de ajuda humanitária.
Comando e Controle	Coordenar Agências	Estreitar os laços com as agências que atuam na Área de Operações.
	Realizar recepção e triagem	Realizar o primeiro controle sobre o quantitativo e as necessidades dos migrantes.
	Instalar e operar o Centro de Coordenação de Operações	Instalar a estrutura necessária para a condução de reuniões diárias de coordenação.
	Realizar a Comunicação Social	Realizar ações para manutenção da narrativa favorável à tropa empregada.
	Interagir com líderes locais	Realizar reuniões com as lideranças locais com a finalidade de atingir os objetivos propostos.
Inteligência	Processar dados de Inteligência	Produzir o conhecimento, difundindo as informações com oportunidade.
Logística	Estabelecer rede de apoio à interiorização	Estruturar uma rede de apoio à interiorização.

FUNÇÃO DE COMBATE	TAREFA	DESCRIÇÃO
	Estabelecer Fluxo Logístico Humanitário	Realizar ações de obtenção e recebimento de suprimentos que serão entregues à população.
	Prover Assistência Médica Emergencial Consiste	Consiste em proporcionar medicina curativa, no tratamento de doentes e feridos, além do apoio de veterinária.
	Garantir serviços essenciais	Realizar a distribuição de alimentos, o fornecimento de água, energia elétrica.
	Contratar mão de obra e serviços locais	Realizar a contratação de mão de obra local, gerando oportunidades de emprego e a injeção de recursos financeiros.
	Instalar e operar abrigos	Instalar e operar abrigos a fim de atender aos atingidos por deslocados/ refugiados.
Proteção	Providenciar Infraestrutura	Reparar e construir infraestruturas permanentes ou temporárias a fim de atender a população atingida.
	Garantir a segurança da área	Realizar a segurança da área de operações, de bases, de infraestruturas, autoridades e dos eixos e comboios de suprimento.

Tabela 6 - Lista de tarefas por função de combate

Fonte: ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022

6. CONCLUSÃO

A Operação Acolhida surgiu da necessidade do governo brasileiro fazer frente a forte crise enfrentada pela Venezuela. Essa crise teve início com o rompimento do sistema democrático daquele país, durante os governos de Hugo Chaves e, mais recentemente, durante o governo de Nicolás Maduro, gerando instabilidades e insegurança e culminando com a fuga em massa de venezuelanos mundo a fora.

O Exército Brasileiro participa do abrandamento dos danos e consequências originárias desse fluxo de refugiados e deslocados venezuelanos sobre o Brasil, em especial ao Estado de Roraima e Amazonas, dentro do contexto das soluções planejadas e organizadas pelo Governo Federal.

A contribuição proporcionada pelo EB foi orientada no sentido de realizar o ordenamento da fronteira, além de fornecer suporte estrutural e logístico, melhorando as condições de estabilização do Estado de Roraima e diminuindo do sofrimento das pessoas afetadas pela crise, além de projetar o Brasil positivamente no cenário externo.

Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar os aspectos doutrinários da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária.

Nesse íterim, a Operação Acolhida, objeto do estudo, tem seu valor na medida em que sua ativação favorece o entendimento a cerca de uma Operação de Ajuda Humanitária. Ademais, pôde-se, utilizando de um arcabouço doutrinário militar nacional, traçar similaridades que elucidam alguns conhecimentos, ao passo que permite identificar lacunas na doutrina militar terrestre.

Retornando ao objetivo geral da pesquisa, no que tange aos aspectos doutrinários, a Operação Acolhida serve como um laboratório para o aprimoramento da doutrina militar acerca da Operação de Ajuda Humanitária. Isso posto, a identificação das características e dos aspectos doutrinários de uma Operação de Ajuda Humanitária, somados a compreensão da Operação Acolhida, viabilizaram o atingimento dos objetivos desse estudo.

Outrossim, a partir da metodologia de pesquisa utilizada, somado a realização de um levantamento bibliográfico e de bancos de dados de repositórios

científicos, foi possível observar diversos aspectos relevantes atinentes a uma Operação de Ajuda Humanitária, como por exemplo:

- a) a acentuada necessidade de se obter o perfeito entendimento do Ambiente Operacional vivenciado nesse tipo de operação;
- b) a correta estruturação do planejamento, exigindo, por vezes, a realização da Metodologia de Concepção Operativa do Exército;
- c) a realização da operação num ambiente pleno de agências;
- d) o respeito aos diversos diplomas legais, garantindo a legitimidade das ações e, por conseguinte, a manutenção da credibilidade da instituição;
- e) a forte exigência da prontidão logística, haja visto que o apoio é prestado prioritariamente com os meios orgânicos das Organizações Militares adjudicadas;
- f) a necessidade de condução de treinamentos com conhecimentos específicos para os militares envolvidos, com vistas a lidar com a complexidade e a peculiaridade dessas Op; e
- g) a integração entre as diversas funções de combate dos atores envolvidos na operação.

Pode-se inferir que a Operação Acolhida representa um caso de sucesso para o estudo de aspectos doutrinários relativos a uma Operação de Ajuda Humanitária. Tal fato fica evidente na forma como a operação foi concebida e está sendo conduzida, pois tem colocado à disposição de militares, estudantes da doutrina militar terrestre, conhecimentos relevantes para validar e identificar lacunas doutrinárias.

Por fim, esse trabalho não esgota os conhecimentos sobre aspectos doutrinários da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária, uma vez que ele se limitou a uma análise mais holística sobre certos aspectos doutrinários. Portanto, novos trabalhos, com enfoque numa análise sistêmica podem produzir diversas boas práticas e novos conhecimentos e poderão complementar essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Convenção de 1951**. 2018a. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>>. Acesso em: 8 de agosto de 2022.

ACNUR. **Dados sobre refúgio**. 2018b. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em: 8 de agosto de 2022.

ACNUR. **Declaração e Plano de Ação do Brasil em Cartagena**. Disponível em <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9866.pdf>> Acesso em: 8 de abril de 2022.

ACNUR. **Manual de Proteção aos Apátridas**. De acordo com a Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas. Genebra: ACNUR, 2014b. p. 9.

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. 2018c. p. 4 e 5. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/publicacoes>>. Acesso em: 8 de abril de 2022.

ACNUR. **Refugiado ou migrante?** Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em 28 de abril de 2022.

ARAÚJO, L. E. DE; SPARTA, D. M. B. Força-Tarefa Logística Humanitária “Operação Acolhida”: a atuação do Exército Brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.246**. 22 de maio de 2002. Promulga a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4246.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.703**. Estratégia Nacional de Defesa. 18 de dezembro de 2008. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 9.199**. 20 de novembro de 2017b. Regulamenta a Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.285**. 15 de fevereiro de 2018a. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.286**. 15 de fevereiro de 2018b. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9286.htm>.

Acesso em: 11 de abril de 2022

BRASIL. **Decreto nº 50.215**. 28 de janeiro de 1961. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d50215.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 98.602**. 19 de dezembro de 1989. Dá nova redação ao Decreto no 50.215, de 28 de janeiro de 1961 que promulgou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d98602.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.815**. 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.474**. 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9474.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.445**. 24 de maio de 2017c. Institui a Lei de Migração. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 820**. 15 de fevereiro de 2018h. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 823**. 9 de março de 2018i. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 190.000.000,00, para os fins que especifica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv823.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, E. B. **Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 - Operações de Ajuda Humanitária**. 1. ed. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, E. B. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre**. 2. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, E. B. **Manual de Campanha EB70-MC-10.211 - Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. 2. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2020a.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, E. B. **Manual de Campanha EB70- MC-10.248 - Operações Interagências**. 2. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2020b.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, EXÉRCITO BRASILEIRO, C. M. DO S. **Relatório do 11º Contingente da Operação Acolhida**. [s.l.: s.n.].

CRUZ, G. L. DA; SANTIAGO, T. A. G. A participação do componente militar brasileiro nas ações governamentais em resposta à crise migratória venezuelana. **A Defesa Nacional**, v. 846, p. 4–13, 2021.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Manual Escolar - ME 21-259 - Elaboração de Projeto de Pesquisa na ECEME**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Meira Matos, 2012.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Projeto Interdisciplinar - Operações de Ajuda Humanitária**. 1. ed. Rio de Janeiro: ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2022. v. 1

GAMA, U. M. **O Emprego das Forças Armadas no Fluxo Migratório Proveniente da Venezuela: Capacidade e Limitações na Operação Acolhida**. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2020.

KANAAN, G. F. **Operação Acolhida: A Maior Operação Conjunta-Interagências E De Natureza Humanitária No Brasil**. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/download/2351/1904/>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MATTOS, O. S. S. DE; LOPES, R. R. G. L. Operação Acolhida: a resposta do Estado brasileiro diante da crise humanitária venezuelana e suas consequências para a Defesa Nacional. **A Defesa Nacional**, v. 846, p. 14–26, 2021.

OLIVEIRA, G. A. G. DE. A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela. **Military Review**, n. Novembro, p. 1–15, 2018.

INTER-AGENCY COORDINATION PLATAFORM FOR REFUGEES AND MIGRANTS FROM VENEZUELA. **Regional Refugee and Migrant Response Plan - RMRP 2022**. 1. ed. [s.l.] R4V Plataform, 2022.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Editora Penso, 2016.